

Município de ITAQUAQUECETUBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
 2015

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
IPTU	isenção	aos imóveis utilizados na exploração agrícola	160	164	168	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
IPTU	isenção	aos imóveis atingidos por enchentes	11	11	11	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
IPTU	isenção	aposentados	261	268	275	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
TAXAS	isenção	novas empresas que se instalarem no município	14	15	15	aumento da arrecadação do ISSQN
IPTU	isenção	novas empresas que se instalarem no município	29	30	30	aumento da arrecadação do ISSQN
IPTU	Isenção	construção de moradias populares	305	312	320	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
ISSQN	isenção	construção de moradias populares	266	272	279	crescimento vegetativo da arrecadação do ISSQN
ITBI	isenção	construção de moradias populares	29	30	30	crescimento vegetativo da arrecadação do ITBI

Município de ITAQUAQUECETUBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
 2015

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
TAXAS	isenção	construção de moradias populares	66	67	69	crescimento vegetativo da arrecadação das taxas
IPTU	isenção	regularização fundiária	302	310	317	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
TOTAL			1.443	1.479	1.514	-

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 28-Abr-2014 e hora de emissão 11:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba: Nos termos da legislação municipal: LC 45/2000; LC 121/2005; LC 146/2007; LC 187/2010; Lei 1386/93; Lei 2161/2002; Lei 2773/2010 e Decreto 3921/94